

Governo desperdiça verba do orçamento em troca de apoio

Aldori Silva — 26/9/91

Consuelo Diegues

BRASÍLIA — Com o poder de manipular 97% do orçamento de 1992, permitindo ao Congresso interferir em apenas 3% da receita prevista, o governo ficou na confortável situação de distribuir verbas, aprovar projetos e apontar setores e regiões que serão contemplados com os recursos, de acordo com seus interesses. O resultado é que no próximo dia 15, quando termina o prazo para a aprovação da Lei Orçamentária, os contribuintes ficarão sabendo que boa parte dos impostos que recolherão à União estarão sendo distribuídos de forma muito pouco racional, em alguns casos representando desperdício do dinheiro público.



Egberto: 4 estados têm 60% de Cr\$ 80 bilhões

O projeto de construção dos 940 Ciacs, por exemplo, obra de interesse político do governo, abocanhará 92% dos US\$ 1,42 bilhão destinados ao ensino fundamental, ou seja, US\$ 1,33 bilhão. Mas a construção dos Ciacs é apenas um item entre as centenas de rubricas no projeto encaminhado pelo governo que não podem ser alteradas. As acusações permanentes do Executivo ao Congresso, em relação à aprovação de gastos sem contrapartida de receita, podem ser devolvidas na mesma moeda. É o caso de duas rubricas embutidas no orçamento que terão que ser aprovadas pelos parlamentares — o metrô de Brasília, contemplado com US\$ 650 milhões, e a Linha Vermelha, no Rio, sem dotação definida.

Essas duas obras serão levadas a cabo com recursos de transferências constitucionais. Dessa forma, o governo criou dois novos tipos de transferência, além das que existiam até agora, que eram os fundos de Participação de Estados e Municípios.

Suspeitas — O deputado Paulo Hartung (PSDB-ES), que participa da Comissão de Orçamento, afirma que o projeto de lei orçamentária enviado pelo governo levanta suspeitas de favorecimento a determinadas regiões e parlamentares. A acusação de Hartung é feita com base nos itens cuja dotação já vem definida e privilegia alguns estados. É o caso das verbas da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), sob a batuta do secretário Egberto Baptista. Do total dos Cr\$ 79,9 bilhões a serem liberados para investimento e custeio, 60% estão concentrados em quatro estados: Rondônia, que inexplicavelmente ficará com 22,6% dos recursos; Mato Grosso do Sul, que fica com 20,3%; Mato Grosso, 9,3%; Pará, com 7%, e 26% ao Nordeste para serem distribuídos ao longo do ano.

“Esses 26% são uma caixa-preta. O governo poderá distribuir essas verbas de acordo com seus interesses”, afirma Paulo Hartung. Essa forma de distribuição é chamada pelos parlamentares de

“recursos carimbados”, ou seja, em troca de apoio a seu projeto de orçamento, o governo já envia o orçamento com verbas definidas para determinadas regiões. Só a existência desse acerto prévio, segundo Paulo Hartung, poderia explicar o fato de Cr\$ 9,5 bilhões, dos Cr\$ 11,4 bilhões distribuídos em 120 dotações para obras de infra-estrutura urbana, terem sido concentrados em 30 dotações. Os restantes Cr\$ 1,9 bilhão foram divididos em 87 dotações. Com isso, enquanto o pequeno município de Cacoal, em Rondônia, receberá Cr\$ 700 milhões; Maceió, Cr\$ 540 milhões, e Mirandí, em Tocantins, Cr\$ 1 bilhão, outros 87 projetos receberão, no máximo, Cr\$ 10 milhões cada um.

“Essa pulverização de recursos, que o Legislativo está tentando evitar nas emendas feitas por alguns parlamentares, ao fixar a liberação mínima de Cr\$ 20 milhões, vem sendo feito a torto e a direito pelo Executivo”, condena Hartung. A pulverização dos recursos, de acordo com o deputado, representa um sério desperdício de recursos públicos, já que é impossível executar qualquer obra com esse volume de dinheiro. A impressão que fica, segundo ele, é que existem duas categorias de dotações no orçamento, “uma para a politicagem e o fisiologismo do governo nas prefeituras, que são essas pequenas verbas, e outra para atender a empreiteiras”.

Além do mais, o item de infra-estrutura urbana nada define. “Tudo pode caber nesse título”, afirma Hartung. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) lembra que o Congresso, por não estar aparelhado, não tem condições de fiscalizar a execução desse orçamento. Dessa forma, os recursos podem acabar não sendo aplicados nessas obras de infra-estrutura. No momento em que o governo responsabiliza o Congresso pelo futuro da economia, em razão dos projetos de política econômica que precisam do crivo do Legislativo, Hartung devolve ao Executivo algumas competências. “Esse orçamento é de responsabilidade exclusiva do governo”.